

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior  
**PRESIDENTE**

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº 938/2022**

Institui o Comitê Gestor do Sistema e-TCE no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente as previstas no art. 78 da Lei Orgânica do Tribunal (Lei nº 12.509/1995);

**CONSIDERANDO** a publicação de normativo que trata da gestão de soluções de tecnologia da informação e o seu provimento no âmbito do TCE/CE, cujo Anexo I estabelece o Comitê Gestor do Sistema e-TCE como unidade gestora do Sistema e-TCE;

**CONSIDERANDO** a aquisição do Sistema e-TCE por este Tribunal que permite automação e gestão de processos em ambiente eletrônico, para substituição do SAP;

**CONSIDERANDO** a necessidade de envolvimento das diversas áreas de negócios do Tribunal para gerenciar o Sistema e-TCE, quando implantado,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor do Sistema e-TCE no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, responsável por coordenar as ações relacionadas ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento de melhorias no Sistema e-TCE, após sua implantação.

Art. 2º Ficam designados os membros, abaixo relacionados, para compor o Comitê Gestor do Sistema e-TCE do TCE/CE:

- I - Juliana Cardoso Lima Banhos Pinheiro – representante da Presidência;
- II - Derlange Maia Oliveira – representante da Secretaria de Controle Externo;
- III - Samylla Tomaz Caracas – representante da Secretaria de Administração;
- IV - Bernardo Ary Romcy de Sanford Lima – representante da Secretaria de Governança;
- V - Bruno Saraiva Rodrigues – representante da Secretaria de Tecnologia da Informação;
- VI - Marcelo Gonçalves dos Santos – representante da Secretaria de Sessões;
- VII - Frank Martins Tavares Filho – representante da Secretaria de Serviços Processuais;
- VIII - César Rômulo Marinho Coelho – representante do Ministério Público especial junto ao Tribunal de Contas;
- IX - Mara Leite Barbosa Citó – representante dos Gabinetes de Conselheiro, e
- X - Raissa Melo de Carvalho Araújo – representante dos Gabinetes de Conselheiro Substitutos.

§ 1º O Comitê será coordenado pelo membro constante no inciso I, que fará jus a percepção de valor devido a título de Gratificação de Trabalho Relevante – GTR, na função de Presidente, ficando obrigado ao regime normal de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o § 2º, do art. 35 da nº 16.920/2019, publicada no D.O.E. de 28 de junho de 2019.

§ 2º Os trabalhos a serem desenvolvidos pelos membros do Comitê de que trata a presente Portaria serão executados sem prejuízo de suas funções originárias.

Art. 3º Compete ao Comitê:

- I - atuar para que o sistema esteja em conformidade com os processos, procedimentos e normativos;
- II - receber as demandas dos usuários relativas ao Sistema e-TCE, relacionadas ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento de melhorias, avaliá-las e consolidá-las, definindo a ordem de prioridade de atendimento, caso couber, e encaminhando-as ao gestor do contrato para providenciar que a empresa contratada apresente cronograma para atendimento e eventuais custos delas decorrentes;
- III - organizar as demandas recebidas e encaminhá-las para análise e homologação dos membros do Comitê cujas áreas são diretamente impactadas pelo aperfeiçoamento;
- IV - encaminhar demandas consolidadas e aprovadas pelo Comitê à STI ou gestor do contrato, se for o caso de empresa contratada, que deverá apresentar manifestação quanto a possibilidade de atendimento e o cronograma proposto;
- V - realizar o aceite nas especificações e nos requisitos novos ou modificados, bem como efetuar a homologação, antes de serem disponibilizados aos usuários do sistema obedecendo aos prazos acordados no planejamento;
- VI - elaborar e revisar minutas de normativos, portarias ou resoluções regulamentando a utilização do sistema;
- VII - fomentar e auxiliar a realização de treinamentos dos usuários, sempre que houver necessidade;
- VIII - manifestar-se quanto à conveniência e a oportunidade de atendimento a solicitações externas para alterações do sistema e dos normativos a ele relacionados;
- IX - apoiar a STI ou gestor do Contrato do e-TCE no que se refere a previsão dos recursos orçamentários para a implementação de melhorias no sistema e-TCE tais como previsão no plano de contratações anual, elaboração da proposta orçamentária, remanejamento de dotação e solicitação de créditos suplementares;
- X - demais atribuições relacionadas aos gestores de soluções de tecnologia da informação, no que couber, conforme dispostas em portaria da Presidência.

Parágrafo único. O Comitê poderá se reunir e deliberar com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) de seus membros, cabendo o desempate para o Coordenador.

Art. 4º São atribuições do Coordenador do Comitê:

- I - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Comitê;
- II - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, dirigir os trabalhos, ordenar discussões e proclamar o resultado das votações do Comitê;
- III - assinar a correspondência, documentos e quaisquer outros papéis oficiais do Comitê;
- IV - organizar a pauta das reuniões e promover sua divulgação;
- V - submeter aos membros do Comitê, para apreciação e aprovação, a ata das suas reuniões e votação de matérias de sua competência;
- VI - promover diligências ou solicitar informações, dados e documentos às diversas unidades do Tribunal relacionadas às matérias de sua competência.

Art. 5º As reuniões do Comitê serão:

- I - ordinárias, quando realizadas mensalmente;
- II - extraordinárias, quando solicitada por quaisquer de seus membros e convocada pelo coordenador.

§ 1º Caberá ao Coordenador do Comitê providenciar a lavratura das atas dos trabalhos.

§ 2º O Coordenador poderá, quando necessário, convocar representante de quaisquer unidades do Tribunal de Contas do Estado do Ceará para participar das reuniões e subsidiar as decisões do comitê, sem direito a voto.

§ 3º O coordenador indicará um substituto entre os membros do Comitê, para conduzir a reunião ordinária ou extraordinária, caso haja impossibilidade da sua participação.

Art. 6º Será disponibilizado pela STI um endereço de correio eletrônico (e-mail) que funcionará como um canal de comunicação com o Comitê Gestor.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor a partir da publicação e vigorará até 31/12/2023, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 632/2022, de 23/08/2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 15 de dezembro de 2022.

José Valdomiro Távora de Castro Júnior  
**PRESIDENTE**

\*\*\* \*\*

### **PORTARIA Nº 940/2022**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente as previstas no art. 78 da Lei Orgânica do Tribunal (Lei nº 12.509/1995);

**CONSIDERANDO** a Lei nº 14.133/21, que estabeleceu normas gerais de licitações e contratos administrativos, dispõe em seu art. 117 que “a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados”,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º **DESIGNAR** o servidor THEÓFILO MACIEL MELO, matrícula nº 0872-2, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do Contrato abaixo especificado:

**CONTRATO Nº 37/2022**

**PROCESSO Nº 35339/2022-0**

**CONTRATADA:** 2SP COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.216.487/0001-01.

**OBJETO:** Contratação de aquisição de 2 (duas) renovações de licenças do software AutoCAD LT, tipo *subscription*, por um prazo de 3 (três) anos, com direito de atualizações e suporte para atender à demanda da Gerência de Obras e Serviços de Engenharia, setor integrante da Secretaria de Administração do Tribunal de Contas do Ceará – TCE/CE, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Art. 2º Em caso de ausência do servidor designado por quaisquer motivos, responderá pela gestão do referido instrumento o seu substituto legal, pelo período em que se der a substituição.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e vigorará até o término da vigência do Contrato acima especificado, e/ou da respectiva garantia contratual, quando couber.